



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9573

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados

Autoria: Daniel Dias da Silva

Data: 30/01/2018

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 06/2018. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a inclusão da temática “Contra a Violência às Mulheres e Meninas”, no currículo das escolas do Município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 26.9

Posição: 22

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: não votado
CX: 26.9
Ordem: 32
n.º fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 06/2018

AUTOR:

Ver. Daniel Dias da Silva

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Inclusão da Temática Contra a Violência às
Mulheres e Meninas no Currículo Escolar das Escolas no Município
de Montes Claros – MG.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em 30/01/2018
Comissão de Legislação e Justiça e Educação.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Projeto de Lei 06/2018

Dispõe sobre a inclusão de temática contra a violência às mulheres e meninas no currículo escolar das Escolas no Município de Montes Claros MG.

Art. 1º – As Escolas do sistema Municipal de Ensino deverão incluir, em caráter complementar, nos respectivos componentes curriculares, conteúdo programático de informação e orientação contra a violência às mulheres e meninas.

Art. 2º – Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo máximo de 60 dias após aprovado.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Montes Claros, 29 de Janeiro de 2018

Daniel Dias
Vereador (PCdoB)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2018 que “Dispõe sobre a inclusão de temática contra a violência às mulheres e meninas no currículo escolar das Escolas no Município de Montes Claros MG.”, de autoria do vereador Daniel Dias.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade tornar obrigatório a inclusão do ensino de informação e orientação contra a violência às mulheres e meninas nas escolas municipais.

Ao determinar a alteração do currículo das escolas municipais, ao nosso sentir, o Legislativo estaria interferindo em políticas públicas de iniciativa do Executivo, constituindo, portanto, ingerência de um Poder sobre o outro, ferindo o princípio constitucional da independência entre os Poderes.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de janeiro de 2018.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2018

AUTOR: Ver. Daniel Dias da Silva

MATÉRIA: “Dispõe sobre a Inclusão de Temática Contra Violência às Mulheres e Meninas no Currículo Escolar das Escolas no Município de Montes Claros- MG.

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei foi distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/01/2018, com entrada na Sala das Comissões no dia 31/01/2018.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei versa sobre inserção de conteúdos sobre informações e orientações contra a violência de mulheres e meninas no Currículo Escolar das Escolas no Município de Montes Claros- MG.

De início cumpre assinalar que a matéria trata de tema social e é necessário discutir o assunto, entretanto, verifica-se a inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei, vez que a iniciativa, neste caso, é exclusiva do Executivo Municipal, conforme prevê o art. 51 da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, a referida proposição interfere nas atribuições de outro Poder, incidindo em vício de iniciativa, contrariando normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Face ao exposto esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 09 de fevereiro de 2018.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: _____